Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

22/08/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. CORREGEDOR (A)..... 1
   1.2. DECISÕES..... 2
   1.3. JUÍZES..... 3
   1.4. SEGURANÇA..... 4
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. JUÍZES..... 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. CORREGEDOR (A)..... 6
   3.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 7
   3.3. PROJETO ESTANTE VAZIA..... 8 - 9
4. JORNAL EXTRA
   4.1. SEGURANÇA..... 10
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. CORREGEDOR (A)..... 11
   5.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 12
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. SEGURANÇA..... 13
7. JORNAL O PROGRESSO
   7.1. COMARCAS..... 14
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. CORREGEDOR (A)..... 15
   8.2. DECISÕES..... 16
   8.3. JUÍZES..... 17
   8.4. SEGURANÇA..... 18

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Nelma Sarney defende avanços na regularização fundiária no Maranhão

Desembargadora Nelma Sarney Durante abertura do Seminário

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, abriu os trabalho do 1º Seminário Notarial e Registral do Estado do Maranhão, que acontece até a próxima sexta-feira (22), no Edifício Aracati Office, na cidade de Imperatriz. Convidada para proferir a palestra de abertura, Nelma Sarney destacou a importância da concretização da regularização fundiária no Estado. O evento desta noite contou com a presença de 420 pessoas.

Nelma Sarney afirmou que a regularização fundiária precisa ser encarada como uma política pública e que se empenhará para promover as mudanças necessárias, inclusive com a proposição de alterações no Código de Normas. "Sabemos que as ocupações irregulares existem em quase todas as cidades brasileiras e a situação dos municípios que compõem o Estado do Maranhão não foge a esta realidade, cabendo a nós a regulamentação necessária", ressaltou.

O titular do Cartório do 6º Ofício de Imperatriz, Marcelo Bernardes falou sobre a finalidade do evento. "O objetivo é discutir os principais assuntos relacionados à atividade cartorial registral, abordando aspectos jurídicos, administrativos e financeiros dos cartórios. Nossa proposta é trabalhar especificamente os temas relacionados aos registros de imóveis e tabelionato de notas, mas haverá palestras que se aplicam a outras áreas, considerando o nível de conhecimento dos palestrantes", esclareceu.

Falando da situação fundiária na Cidade de Imperatriz, o prefeito Sebastião Madeira disse que grande parte do município é formada por ocupações irregulares, conhecidas como invasões. Madeira ressaltou que para solucionar o problema foi preciso criar uma secretaria de regularização fundiária, afirmando que esta ação gerou reflexo positivo na econômica, pois com a regularização é possível realizar financiamentos. "É o reconhecimento de um direito do cidadão", ratificou.

O prefeito elogiou o trabalho desenvolvido pelo cartório do 6º ofício, destacando a parceria para concessão dos títulos de propriedade e a realização dos registros imóveis. Também enalteceu as ações do Poder Judiciário na região, que tem sido um grande parceiro na garantia da ordem pública e na promoção da paz social em Imperatriz.

O seminário é realizado em homenagem à comemoração dos 95 anos do Cartório do 6º Ofício da Cidade de Imperatriz, mas como afirmou o titular Marcelo Claudio, este é o primeiro de outros eventos que buscam a melhoria dos serviços de cartórios no Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Perícia unilateral da Cemar resulta em indenização para consumidores

Dois consumidores residentes em São Luís ganharam direito a indenização de R$ 5 mil, cada um, em razão de cobrança de débito feita pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar) por suposta fraude detectada em medidores. De acordo com entendimento da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a empresa não poderia realizar perícia técnica unilateral.

Num dos casos, o consumidor ajuizou a ação de indenização em razão de cobrança de multa pela Cemar, que alegou irregularidade no conjunto de medição e instalação elétrica. A sentença de primeira instância foi pela procedência dos pedidos, condenando a concessionária a pagar R$ 5 mil por dano moral e R$ 824,02 correspondente ao dobro do valor cobrado indevidamente.

Em outro processo, a Cemar alegou que foi encontrado um desvio antes do medidor da consumidora, com alimentação saindo direto do poste sem faturar a energia consumida. Sustentou que foi calculado o valor devido a título de energia consumida, ressaltando que a legislação prevê a possibilidade de suspensão do serviço – que, de fato, ocorreu.

Relatora de ambos os processos, a desembargadora Maria das Graças Duarte explicou que o artigo 72, inciso II da Resolução nº 456/2000 da ANEEL determina que a concessionária deve solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou órgão metrológico oficial, quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição. Disse não constar nos autos que a Cemar teria cumprido o preceito.

A magistrada afirmou que, no caso da consumidora, ao suspender o fornecimento, sob o argumento de "deficiência técnica", a concessionária se baseou em prova unilateral, somente a inspeção, não podendo servir de lastro para a elaboração do termo de ocorrência de irregularidade (TOI).

A relatora afirmou que a suspensão foi praticada sem observância aos requisitos legais, sem prévia notificação do consumidor. Disse que, diante dos fatos, não há que se falar em mero dissabor ou mero aborrecimento, cabendo o dever da empresa em indenizar por danos morais. Fixou em R$ 5 mil o valor a ser pago.

No caso do consumidor, afirmou que, ao aplicar multa pelo desvio de energia, a Cemar incorreu em ilegalidade, haja vista a unilateralidade da prova. Acrescentou não ser cabível à empresa a cobrança de multa imposta por si própria, tendo em vista que possui meios legais para tal cobrança, que deve ser realizada por meio judicial.

Os desembargadores Raimundo Barros (revisor) e Ricardo Duailibe também negaram provimento aos recursos da Cemar. (Protocessos nº 8332014 e nº 435722013)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tutóia divulga resultado de seleção para projetos sociais

O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular de Tutóia, está divulgando o resultado do edital para seleção de projetos sociais. Os projetos selecionados para receber recursos oriundos da transação penal foram o "Meninos do Porto", desenvolvido no povoado de Porto de Areia, em Tutóia, e o projeto "Informática Aplicação e Educação", desenvolvido pela Associação Nossa Senhora de Fátima.

O edital, publicado em junho passado, convidou todas as entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social, sediadas na Comarca de Tutóia, a participar do processo de seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena.

Entre as exigências para participar do certame: ser entidade pública ou privada com comprovada finalidade social; sediada no Município de Tutóia e Paulino Neves; estar regularmente constituída há pelo menos um ano; ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

As candidatas deveriam apresentar uma cópia do projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Tutóia, com atividades de caráter educativo (escolar, esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos, com valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais); certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, da Comarca de Tutóia, entre outros documentos.

Um dos projetos selecionados, o "Meninos do Porto", é uma prática esportiva coordenado pelos professores Paulo Rogério e Francieudes, desenvolvido pela Associação dos Educadores e Trabalhadores de Porto de Areia. "Desde a sua implantação no povoado de Areia, famílias, professores, e alunos do projeto descobriram o valor e a importância de incluir na vida cidadã a pratica esportiva de qualquer que seja a modalidade, entre as quais o futebol de areia. Na comunidade o projeto tem dado aos jovens atletas um espírito de sonhos e de garra nas suas vidas. É uma iniciativa que envolve esporte, educação e cultura", ressaltou o Profº Paulo Rogério.

As entidades que tiveram projeto selecionado obedeceram às disposições estabelecidas pela Resolução nº154/2012 do Conselho Nacional de Justiça e pelo Provimento nº10/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, ambos referentes à destinação de recursos oriundos de transação penal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA vai reforçar segurança nos órgãos do Judiciário

Novas medidas de segurança institucional para as sedes do Poder Judiciário foram anunciadas pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. O objetivo é garantir um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores e jurisdicionados em geral.

O pacote reúne medidas planejadas e outras já em execução, incluindo a identificação de servidores, a aquisição de equipamentos eletrônicos de revista pessoal e monitoramento de ambientes, e a instalação de postos de policiamento junto às entradas dos fóruns.

A presidente comunicou que o Tribunal de Justiça recolheu, de janeiro a agosto deste ano, 382 armas de fogo em 36 comarcas; distribuiu 90 detectores de metais portáteis para unidades judiciárias e contratou oito postos de vigilância – cinco com policiais da reserva e três privados –, para comarcas que ainda não contavam com o serviço de segurança presencial.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PENALVA

MPMA garante bloqueio de recursos para tratamento de paciente com paralisia cerebral

O Ministério Público do Maranhão obteve na Justiça o bloqueio de valores da conta do Município de Penalva para a garantia do fornecimento de alimentação enteral, bem como dos insumos necessários para a sobrevivência de uma menor de 18 anos portadora de paralisia cerebral.

De acordo com a decisão judicial, foram bloqueados R$ 2.838,80, a serem repassados para a representante da menor de 18 anos, e de mais R$ 20 mil, a título de multa, em razão de o Município ter descumprido decisão anterior sobre o caso.

A pedido da promotora de justiça Cristiane dos Santos Donatini, a Justiça determinou ainda que o Hospital Municipal de Penalva designe médico habilitado para realizar perícia e emitir posterior laudo, a respeito da situação da paciente. No laudo, deve constar, entre outras informações, a doença sofrida pela paciente; a quantidade mensal necessária e suficiente à sua alimentação enteral; a descrição dos insumos mensais necessários a serem ministrados à paciente e um prognóstico de evolução dessas quantidades em razão de seu crescimento.

A juíza Elaile Silva Carvalho, titular da comarca de Penalva, deferiu também requerimento do Ministério Público para que o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) realize estudo social da condição familiar, econômica e estrutural da menor.

HISTÓRICO DO CASO

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública para exigir o fornecimento da alimentação enteral e dos insumos à paciente. Em 26 de junho passado, a Justiça deferiu o pedido em liminar. No entanto, a Prefeitura descumpriu a decisão judicial.

Em nova manifestação ministerial, foi solicitado o bloqueio dos recursos do Município de Penalva. No último dia 15 de agosto, a Justiça deferiu o pedido.

A promotora Cristiane Donatini informou que, em 20 de agosto, ajuizou Ação de Improbidade Administrativa contra o prefeito de Penalva, Edmilson Viegas Reis, em decorrência do descumprimento da ordem judicial.

Caso seja condenado, o prefeito poderá ser punido com as penas previstas na Lei nº 8.429/92, especialmente com o ressarcimento integral do dano a ser apurado; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por cinco anos; pagamento de multa civil de cem vezes o valor da remuneração percebida pelo requerido; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

O município de Penalva fica localizado a 254 km de São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que proferiu palestra de abertura do 1º Seminário Notarial e Registral do Estado do Maranhão, realizado na última quarta-feira (20), com encerramento nessa sexta-feira (22), no Edifício Aracati Office, na cidade de Imperatriz.

Seminário

Desde a última quarta-feira (20), Imperatriz sedia o 1º Seminário Notarial e Registral do Estado do Maranhão. O evento que se encerra hoje (22), logo mais, cujo tema discute o âmbito jurídico para toda a comunidade e assuntos ligados às atividades cartorárias. O Seminário é organizado pelo Cartório do 6º Ofício em Imperatriz e teve palestra de abertura com desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça do Maranhão, no auditório Aracati Office. A corregedora foi muito bem recebida aqui em Imperatriz com homenagens e jantares, sempre cercada com o carinho das pessoas queridas da cidade. Assim, como outras presenças ilustres. Ela embarcou depois de cumprir esse compromisso para a Ilha Capital e de lá seguiu em itinerância em atividades nas comarcas de Icatu e Morros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Conciliação deve se expandir na Região Tocantina

Objetivo do projeto é destacar a importância e o alcance social da conciliação itinerante

IMPERATRIZ - O Projeto de Conciliação Itinerante, que promove audiências conciliatórias para solução de conflitos em comunidades de bairros, deverá ser implantado nas comarcas de Imperatriz e Balsas ainda neste ano.

A proposta foi apresentada a autoridades locais, pelo desembargador Jose Luiz Almeida e o juiz Alexandre Abreu, presidente e coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A reunião com magistrados, promotores, defensores, advogados e autoridades visou destacar a importância e o alcance social da conciliação itinerante, com vistas a formar parcerias para a realização de outras edições do projeto no Maranhão.

"Pretendemos expandir o projeto a todo o estado. No entanto, precisamos do apoio de toda a sociedade para concretizarmos esse sonho", afirmou José Luiz Almeida, acrescentando que o grande avanço é a formação de uma sociedade menos litigante e mais pacífica, por meio do entendimento entre as partes e do diálogo.

Durante reunião em Imperatriz, os magistrados da comarca já confirmaram interesse em organizar o evento na cidade, e organizaram uma comissão para definir detalhes e estratégias de atuação (data, local, comunidade a ser beneficiada, serviços oferecidos, entre outros aspectos).

A primeira edição do projeto aconteceu na Casa da Justiça, localizada no Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, no último mês, com 1.500 atendimentos à população de 58 comunidades da área Itaqui-Bacanga.

Arquivo

O juiz Alexandre Abreu apresenta o Projeto Conciliação Itinerante

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Estante Vazia é desenvolvido pela 1ª vez na Comarca de Icatu

Projeto da Corregedoria Geral da Justiça, que começou a ser desenvolvido este ano, visa sanear as unidades judiciais por meio de mutirões itinerantes de sentença; ação já ocorreu duas vezes em Caxias e uma em Barreirinhas

ICATU - A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) desenvolveu mais uma etapa do projeto *Estante Vazia*. Desta vez, o projeto itinerante foi levado até a Comarca de Icatu. Uma equipe formada pelos juízes Teresa Palhares e Rodrigo Nina, além dos analistas Hayla Castelo Branco e Jorge Bezerra, encontra-se na comarca.

O *Estante Vazia* já beneficiou as comarcas de Barreirinhas e Caxias (duas edições). Em São Luís, os trabalhos são permanentes e desenvolvidos pelos juízes Larissa Tupinambá e Gustavo Medeiros.

A execução do projeto idealizado com base no levantamento de dados estatísticos das unidades judiciais do estado fica a cargo da Comissão de Juízes Sentenciantes e da Secretaria Permanente de Apoio ao 1º grau.

A juíza corregedora Francisca Galiza coordena os trabalhos, com base na seleção das unidades judiciais com maior índice de congestionamento. Após a seleção, é realizado um cronograma para execução do projeto.

Movimentação - O trabalho consiste em uma triagem inicial feita com base na natureza e fase do processo. A seguir, acontece a etapa da análise, quando são identificados os atos necessários para impulsionar a ação. A última etapa é a realização dos atos que permitem a movimentação processual.

Segundo o juiz Rodrigo Nina, a unidade atendida obtém um duplo atendimento: "Primeiro, desenvolvemos o trabalho na unidade com despachos, decisões e sentenças e depois reunimos os processos para a prolação de sentenças mais complexas", disse.

No decorrer dos trabalhos, também é feito o intercâmbio de experiências com a equipe da comarca. "A finalidade é desenvolver e implantar, de forma conjunta, mecanismos eficientes de gestão administrativa e processual", explicou a juíza Edwiges Bertrand.

Um relatório com os dados quantitativos e qualitativos acerca do trabalho realizado e elaborado ao final dos trabalhos é apresentado à Corregedoria Geral da Justiça e, havendo necessidade, encaminhamentos são feitos aos setores competentes do Tribunal de Justiça.

Celeridade - Idealizado pela CGJ, o *Estante Vazia* começou a ser executado no dia 28 de maio deste ano, na Comarca de Caxias. O objetivo é sanear as unidades judiciais, por meio de mutirões de sentença da Comarca da Ilha e das comarcas do interior do estado com grande volume processual, de modo a garantir maior celeridade no andamento das ações judiciais.

Mais

Trabalho I
Em sua primeira edição, em Caxias, o *Estante Vazia* contabilizou 1.575 processos analisados que resultaram em 1.077 atos, entre decisões, despachos e sentenças.

Trabalho II
Ainda em Caxias, onde o projeto voltou em maio para beneficiar a 1ª Vara da comarca, foram 1.005 processos analisados, 414 audiências realizadas e 30 arquivamentos de autos, entre outros números.

Trabalho III
Em Barreirinhas, os processos analisados somaram 836. Em São Luís, o projeto é executado a partir do recebimento de processos de comarcas do interior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Divulgação

Processos arrumados após terem sido analisados em mais uma etapa do projeto *Estante Vazia* em Icatu

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TJMA vai reforçar segurança nos órgãos do Judiciário

Novas medidas de segurança institucional para as sedes do Poder Judiciário foram anunciadas pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. O objetivo é garantir um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores e jurisdicionados em geral.

O pacote reúne medidas planejadas e outras já em execução, incluindo a identificação de servidores, a aquisição de equipamentos eletrônicos de revista pessoal e monitoramento de ambientes, e a instalação de postos de policiamento junto às entradas dos fóruns.

A presidente comunicou que o Tribunal de Justiça recolheu, de janeiro a agosto deste ano, 382 armas de fogo em 36 comarcas; distribuiu 90 detectores de metais portáteis para unidades judiciárias e contratou oito postos de vigilância – cinco com policiais da reserva e três privados –, para comarcas que ainda não contavam com o serviço de segurança presencial.

"Com esse reforço na vigilância, não teremos mais nenhuma comarca sem posto de segurança armada em todo o Maranhão", declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Também foi informado que o Tribunal deu início ao processo de aquisição de sistema de videomonitoramento por câmeras para atender as comarcas de Imperatriz, Caxias, Timon, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Lago da Pedra. E, em São Luís, a 2ª Vara de Execuções Penais e a Coordenação de Material e Patrimônio do TJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nelma Sarney defende avanços na regularização fundiária no Maranhão

A desembargadora afirmou que a regularização fundiária precisa ser encarada como uma política pública e que se empenhará para promover as mudanças necessárias

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, abriu os trabalho do 1º Seminário Notarial e Registral do Estado do Maranhão, que acontece até esta sexta-feira (22), no Edifício Aracati Office, na cidade de Imperatriz. Convidada para proferir a palestra de abertura, Nelma Sarney destacou a importância da concretização da regularização fundiária no Estado. O evento desta noite contou com a presença de 420 pessoas.

Nelma Sarney afirmou que a regularização fundiária precisa ser encarada como uma política pública e que se empenhará para promover as mudanças necessárias, inclusive com a proposição de alterações no Código de Normas. "Sabemos que as ocupações irregulares existem em quase todas as cidades brasileiras e a situação dos municípios que compõem o Estado do Maranhão não foge a esta realidade, cabendo a nós a regulamentação necessária", ressaltou.

O seminário está acontecendo na cidade de Imperatriz

OCUPAÇÕES IRREGULARES - Falando da situação fundiária na Cidade de Imperatriz, o prefeito Sebastião Madeira disse que grande parte do município é formada por ocupações irregulares, conhecidas como invasões. Madeira ressaltou que para solucionar o problema foi preciso criar uma secretaria de regularização fundiária, afirmando que esta ação gerou reflexo positivo na econômica, pois com a regularização é possível realizar financiamentos. "É o reconhecimento de um direito do cidadão", ratificou.

O prefeito elogiou o trabalho desenvolvido pelo cartório do 6º ofício, destacando a parceria para concessão dos títulos de propriedade e a realização dos registros imóveis. Também enalteceu as ações do Poder Judiciário na região, que tem sido um grande parceiro na garantia da ordem pública e na promoção da paz social em Imperatriz.

HOMENAGEM - O seminário é realizado em homenagem à comemoração dos 95 anos do Cartório do 6º Ofício da Cidade de Imperatriz, mas como afirmou o titular Marcelo Claudio, este é o primeiro de outros eventos que buscam a melhoria dos serviços de cartórios no Maranhão.

Além da desembargadora Nelma Sarney, representaram o Judiciário maranhense na abertura dos trabalhos a juíza corregedora Oriana Gomes, os juízes de Imperatriz Delvan Tavares (diretor do Fórum), Adolfo Pires e Ana Beatriz Maia e a diretora do FERJ, Celerita Dinorah. Participam das atividades do seminário juízes, servidores do Judiciário, representantes de segmentos da construção civil e estudantes universitários.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

- SEMANA DO ENCARCERADO

As atividades da XV Semana do Encarcerado nas unidades prisionais da Região Metropolitana encerram nesta sexta-feira (22), às 9h, com solenidade no auditório do Palácio Henrique de La Roque (bairro do Calhau, em São Luís). Durante 9 dias, foram intensificadas ações de assistência jurídica, de saúde e de social com os internos. Presentes o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa; do subsecretário da Sejap, Mário Leonardo; dos secretários adjuntos de Justiça, Kécio Rabelo e de Estabelecimentos Penais, Hamilton Louzeiro; integrantes do Comitê Gestor, representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, OAB, superintendentes, diretores de unidades, egressos e membros da sociedade civil organizada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

TJMA vai reforçar segurança nos órgãos

Novas medidas de segurança institucional para as sedes do Poder Judiciário foram anunciadas pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. O objetivo é garantir um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores e jurisdicionados em geral.

O pacote reúne medidas planejadas e outras já em execução, incluindo a identificação de servidores, a aquisição de equipamentos eletrônicos de revista pessoal e monitoramento de ambientes, e a instalação de postos de policiamento junto às entradas dos fóruns.

A presidente comunicou que o Tribunal de Justiça recolheu, de janeiro a agosto deste ano, 382 armas de fogo em 36 comarcas; distribuiu 90 detectores de metais portáteis para unidades judiciárias e contratou oito postos de vigilância – cinco com policiais da reserva e três privados –, para comarcas que ainda não contavam com o serviço de segurança presencial.

"Com esse reforço na vigilância, não teremos mais nenhuma comarca sem posto de segurança armada em todo o Maranhão", declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Também foi informado que o Tribunal deu início ao processo de aquisição de sistema de videomonitoramento por câmeras para atender as comarcas de Imperatriz, Caxias, Timon, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Lago da Pedra. E, em São Luís, a 2ª Vara de Execuções Penais e a Coordenação de Material e Patrimônio do TJ.

Videoconferências

Dentre as iniciativas anunciadas, foi destacada a implantação de oito salas de videoconferências, que vão possibilitar a realização de audiências com presos por meio virtual, entre os fóruns e os sistemas prisionais de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, evitando o deslocamento de encarcerados para serem ouvidos no fórum.

A presidente do TJMA ressaltou, ainda, o início, na noite da última quarta-feira, dos serviços de implantação do Sistema de Controle do Acesso do fórum da capital, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos das varas. Junto às entradas principais do fórum serão instaladas catracas eletrônicas, detectores de metal de formato pórtico, raios X para inspeção de bagagens e outros equipamentos de segurança.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão analisa situação de presos em Carolina

Atendendo a pedido do Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) de Carolina, foi realizado este mês um mutirão para análise da situação dos detentos e dos processos que tramitam na vara da comarca do município.

A medida foi articulada entre a DPE, o poder judiciário, o Ministério Público e a autoridade policial local, em razão da grande quantidade de presos custodiados na cadeia pública da comarca de Carolina.

A unidade prisional, segundo o defensor Renan Reis, encontra-se em péssimo estado de conservação, sem elementos básicos e necessários à saúde e segurança, inexistindo condições mínimas de salubridade, aeração, luminosidade e condicionamento térmico.

"Por não ter condições dignas para o recolhimento de detentos, solicitamos a interdição do referido estabelecimento penal, por meio de decreto liminar do Juízo de Carolina, nos autos de Ação Civil Pública, ajuizada pelo defensor Cosmo Sobral", destacou Renan Reis.

Como resultado do mutirão, foi convertida a prisão preventiva de oito presos em medidas cautelares diversas da prisão, conforme faculta a Lei nº 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal. A concessão do benefício de liberdade baseou-se nos critérios da legalidade e do bom comportamento carcerário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nelma Sarney defende avanços na regularização fundiária no Maranhão

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, abriu os trabalho do 1º Seminário Notarial e Registral do Estado do Maranhão, que acontece até a próxima sexta-feira (22), no Edifício Aracati Office, na cidade de Imperatriz. Convidada para proferir a palestra de abertura, Nelma Sarney destacou a importância da concretização da regularização fundiária no Estado. O evento desta noite contou com a presença de 420 pessoas.

Nelma Sarney afirmou que a regularização fundiária precisa ser encarada como uma política pública e que se empenhará para promover as mudanças necessárias, inclusive com a proposição de alterações no Código de Normas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA regulamenta pagamento de honorários de perito e tradutor

O Tribunal de Justiça aprovou, por unanimidade, projeto de resolução que regulamenta, no âmbito do Judiciário estadual de 1º e 2º graus, o pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete que atuam em processos de natureza cível, em casos de assistência judiciária gratuita.

A relatora, desembargadora Anildes Cruz, lembrou aos demais membros da Corte que não há recursos no orçamento atual que possam contemplar o pagamento agora em 2014. Todos concordaram que deverão ser alocados recursos com este fim na elaboração do orçamento para o exercício de 2015.

A disciplina se amolda a Resolução nº 127/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais que destinem parte de seus orçamentos ao pagamento dos honorários.

A Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do TJMA já havia se manifestado pela aprovação da matéria.

Segundo a Resolução, a Corregedoria Geral ou Tribunal de Justiça poderá manter banco de dados de perito, tradutor ou intérprete credenciados, a fim subsidiar a designação destes profissionais.

Serão designados profissionais preferencialmente inscritos nos órgãos de classe competentes, comprovada a especialidade na matéria sobre a qual deverão opinar, o que será atestado por meio de certidão de órgão profissional a que estiverem vinculados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PENALVA

Justiça bloqueia recursos do Município para garantir tratamento de paciente

O Ministério Público do Maranhão obteve na Justiça o bloqueio de valores da conta do Município de Penalva (a 249 km de São Luís) para a garantia do fornecimento de alimentação enteral, bem como dos insumos necessários para a sobrevivência de uma menor de 18 anos portadora de paralisia cerebral.

De acordo com a decisão judicial, foram bloqueados R$ 2.838,80, a serem repassados para a representante da menor de 18 anos, e de mais R$ 20 mil, a título de multa, em razão de o Município ter descumprido decisão anterior sobre o caso.

A pedido da promotora de Justiça Cristiane dos Santos Donatini, a Justiça determinou ainda que o Hospital Municipal de Penalva designe médico habilitado para realizar perícia e emitir posterior laudo, a respeito da situação da paciente.

No laudo, deve constar, entre outras informações, a doença sofrida pela paciente; a quantidade mensal necessária e suficiente à sua alimentação enteral; a descrição dos insumos mensais necessários a serem ministrados à paciente e um prognóstico de evolução dessas quantidades em razão de seu crescimento.

A juíza Elaile Silva Carvalho, titular da comarca de Penalva, deferiu também requerimento do Ministério Público para que o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) realize estudo social da condição familiar, econômica e estrutural da menor.

A promotora Cristiane Donatini informou que, em 20 de agosto, ajuizou Ação de Improbidade Administrativa contra o prefeito de Penalva, Edmilson de Jesus Viegas Reis (PDT), 43 anos, em decorrência do descumprimento de ordem judicial de 26 de julho sobre o mesmo caso. *(Ascom do MPMA e Redação do JP)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• Novas medidas de segurança institucional para as sedes do Poder Judiciário foram anunciadas pela presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire.

• O objetivo é garantir um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores e jurisdicionados em geral.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação